

**NA VANGUARDA DO RETROCESSO: O GOLPE, A DITADURA MILITAR E A
REDEMOCRATIZAÇÃO NO MATERIAL DIDÁTICO DO MACKENZIE PARA O ENSINO MÉDIO
(2016-2022)**

Marcos Alexandre Gennari Faria¹⁸⁴

Resumo: A pesquisa em questão pretende demonstrar de que forma o material didático do Mackenzie para o Ensino Médio – em específico nos seus conteúdos referentes ao golpe, ditadura militar e processo de redemocratização – instrumentaliza elementos utilizados por uma parcela da direita dentro de determinados princípios da Guerra Cultural no contexto atual. Observa-se a ausência das características essenciais para definir um livro didático, tratando-se de uma inovação em um processo de retrocesso mais amplo, ao utilizar-se da legitimidade de uma apostila para consolidar revisionismos, teorias conspiratórias e ataques ao saber acadêmico.

Palavras-chave: Mackenzie; Ditadura; Guerra Cultural.

**IN THE REGRESSION'S VANGUARD: THE COUP, MILITARY DICTATORSHIP AND
DEMOCRATIZATION IN MACKENZIE'S SCHOOL MATERIAL FOR HIGH SCHOOL (2016-
2022)**

Abstract: This research intends to demonstrate how Mackenzie's high school material – in specific the contents related to the coup, military dictatorship and the democratization process – instrumentalizes certain elements used by part of the right political wing regarding certain fundamentals of the Culture War in the actual context. The absence of essential elements to define a school material is notable, meaning that this is an innovation in a much larger process of regression, considering they use the legitimacy of a school book to consolidate revisionisms, conspiracy theories and attacks to the academic knowledge.

Keywords: History teaching; Historical culture; Facebook.

¹⁸⁴ Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6760836704953727>. E-mail: marcos.gennari@unifesp.br.

Introdução

Um dos principais materiais de trabalho de um professor da Educação Básica é o livro didático. A montagem do plano de aulas, da sequência didática e a estruturação do conteúdo, na maior parte das vezes, são feitas com base na cronologia estabelecida no livro – especialmente para os professores da disciplina de História. Podemos apontar a sua importância de maneira tradicional nas pesquisas, com a utilização de bibliografia especializada:

[...] são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países ao redor do mundo [...] e são os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida.¹⁸⁵

No entanto, no contexto atual, essa definição aparentemente consensual até mesmo por quem não é estudioso, pesquisador ou historiador, aponta para um debate tragicamente atual para as ciências humanas no Brasil: qual é a cultura legítima a ser transmitida?

A presente pesquisa busca apresentar de que forma essa questão é respondida na perspectiva do material didático para Ensino Médio do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Para que isso possa ser feito, é necessária uma apresentação prévia de alguns pontos centrais: do próprio material como fonte de pesquisa, a partir do qual justifico e estabeleço os meus objetivos para a realização deste artigo; a metodologia utilizada; e, por fim, a definição de uma hipótese central que será trabalhada durante a argumentação.

É recorrente a utilização de livros didáticos como fonte de pesquisa para historiadores da educação. No entanto, os que possuem maior

¹⁸⁵ APPLE, M. W. Cultura e comércio do livro didático. In: APPLE, M. W. Trabalho docente e textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. pp. 81-82.

incidência nas pesquisas são os de história, geografia e português. A maior parte dessas pesquisas:

[...] se justificam, muitas vezes, por tratarem de conteúdos disciplinares que apresentam uma carga ideológica ou social, contribuindo para discussões que vinculam diretamente à questão da língua, do espaço e da história do território. Tais disciplinas escolares levam-nos a temáticas relacionadas à constituição da memória coletiva (o nacionalismo, o patriotismo, a República), numa perspectiva que busca o conteúdo ideológico ou sociológico no livro didático, ao mesmo tempo em que contribui para investigações em torno de temas emergentes, como a questão de gênero (feminino, mulher), o racismo (negro, escravidão, índio) e a criança/infância.¹⁸⁶

Pode-se afirmar que a presente pesquisa está inserida no padrão das pesquisas realizadas sobre livros didáticos em humanidades, mas com uma exceção não mencionada pela autora acima: a temática da Guerra Cultural como base pedagógica para elaboração do conteúdo da disciplina de História. A minha fonte de pesquisa, portanto, possui um diferencial fundamental no que tange a bibliografia padrão das pesquisas com material didático. É a partir desse diferencial que justifico a realização deste trabalho.

Tendo isso em vista, estabeleço como objetivos: elucidar essa distinção presente na fonte, apontando quais são os elementos que direcionam o livro para esse fim – especificamente na sua descrição do golpe militar, ditadura e redemocratização; inserir a produção do livro dentro de um determinado contexto social e político; e, por fim, alertar para as profundas consequências decorrentes da difusão do conteúdo presente no material. Para que os objetivos possam ser cumpridos, faço uso de bibliografia especializada em: livros didáticos; disciplina de história nos livros didáticos; ditadura militar; e, por fim, Guerra Cultural.

¹⁸⁶ MOREIRA, Kênia Hilda. *Livros didáticos como fonte de pesquisa: um mapeamento da produção acadêmica em história da educação*. Educação e Fronteiras on-line, Dourados/MS, v.2, n.4, pp.129-142, jan./abr. 2012.

A minha hipótese central já foi parcialmente descrita: o Instituto Presbiteriano Mackenzie, a partir do Sistema Mackenzie de Ensino e do Mackenzie Educacional, ocupa lugar central na Guerra Cultural em ocorrência no Brasil, utilizando os livros didáticos como forma de legitimação de um discurso revisionista e reacionário.

É importante deixar claro: não farei referências indiretas ao conteúdo do livro, com o objetivo de evitar possíveis problemas judiciais. No entanto, citações diretas com sua respectiva referência, estabelecimento de um debate crítico com o material e manutenção dos devidos créditos do conteúdo à instituição, são basilares em minha argumentação. Não tenho, por fim, nenhum intuito de comercializar, divulgar ou propagar o material didático do Mackenzie. Todos os direitos do livro estão reservados ao Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Desenvolvimento

As origens da fonte e discussão metodológica

Antes de tratarmos do conteúdo do livro em si, cabe a descrição de alguns números a respeito do Sistema Mackenzie de Ensino, com o objetivo de contextualizar a origem da fonte utilizada na pesquisa. Ao todo, são 291 escolas conveniadas¹⁸⁷ com o material didático mackenzista em território brasileiro. Os únicos estados nos quais não há convênios com o Mackenzie são (em ordem alfabética): Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas e Roraima. Vale destacar, como forma de ilustrar a abrangência do alcance do material, que duas escolas no Japão também são conveniadas com o

¹⁸⁷ Todas as informações a respeito da quantidade de escolas conveniadas com o Mackenzie estão disponíveis em: <https://www.mackenzie.br/sistema-mackenzie-de-ensino/escolas-parceiras>. Acesso em: 09 de setembro de 2022.

material. Ambas possuem um currículo centrado na educação com base na cosmovisão cristã reformada, assim com a maior parte do total.

O estado de São Paulo possui a maior incidência de escolas conveniadas, contando com 151 em todo o território e, desse total, 42 na capital. O Mackenzie passou a distribuir o seu material para fora dos Colégios Mackenzie a partir de 2004¹⁸⁸. No entanto, somente em 2015 a instituição se dedicou a buscar parcerias com escolas não confessionais, ou seja, não alinhadas com a cosmovisão cristã reformada – utilizada, oficialmente, como base pedagógica pelo Instituto.

Em aspectos gerais, o livro didático utilizado como base para a realização da pesquisa começou a ser escrito em 2016, teve a sua primeira impressão em 2017 e reimpressão em 2021, compondo a coleção “Escolher com sabedoria”. Os autores são: Bruno de Lima Romano e Eduardo Francisco Molina.¹⁸⁹ No entanto, o que mais chama a atenção na composição da equipe responsável pelo material não é a autoria em si, mas a divisão de uma seção intitulada “orientação teológico-filosófica”, contando também com um segundo time de revisão.

Na orientação, dois nomes são mencionados: Filipe Costa Fontes e Mauro Fernando Meister. Ambos são ministros presbiterianos no Instituto, com formação em teologia. Além disso, possuem pós-graduação e são professores em uma instituição ligada ao Mackenzie, o “Centro Presbiteriano

¹⁸⁸ Todas as informações a respeito da trajetória do Mackenzie como instituição de ensino estão disponíveis em: <https://www.mackenzie.br/sistema-mackenzie-de-ensino/quem-somos>. Acesso em: 09 de setembro de 2022.

¹⁸⁹ São poucas as informações disponíveis online sobre os autores. As mais frutíferas foram a respeito do segundo autor, o qual aparece como graduado em História pela FMU e pós-graduado em Relações Internacionais pela FESP, no site: <https://www.escavador.com/sobre/377988626/eduardo-francisco-molina>. Acesso em: 09 de setembro de 2022.

de pós-graduação Andrew Jumper".¹⁹⁰ Quanto à equipe de revisão, são membros: Daniel Albuquerque de Freitas, Everton Levi Matos do Nascimento e Wellington Castanha de Oliveira. Os três possuem como ponto em comum a formação em teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.¹⁹¹ Feita a contextualização da origem da fonte, cabe agora tratarmos de suas características e orientá-las ao propósito da pesquisa.

O material selecionado é denominado "LIVRO 3", direcionado ao conteúdo da disciplina de História para a 3ª Série do Ensino Médio, compondo a já mencionada coleção "Escolher com sabedoria". Em específico, trataremos do capítulo 9, intitulado "Os anos ambíguos do regime militar e a redemocratização (1964-)", contido entre as páginas 194 e 258.

Com atenção para a coesão e coerência do artigo, foi preciso selecionar quais seriam os pontos fundamentais a serem trazidos para o texto, bem como a maneira pela qual seria abordada a discussão. Para isso, foi necessário definir que quaisquer debates teóricos acerca de conceitos e categorias utilizados de maneira revisionista pelo livro não possuem espaço durante a dissertação. Portanto, metodologicamente, não possuo o intuito de "corrigir" os erros revisionistas do livro, mas sim apontar a sua relação com o conceito de Guerra Cultural utilizado para compreendermos uma parcela da direita¹⁹² brasileira. Os elementos que justifiquem a hipótese central serão

¹⁹⁰Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/teachers/filipe-costa-fontes/> e <https://cpaj.mackenzie.br/professores/mauro-fernando-meister>. Acesso em: 09 de setembro de 2022

¹⁹¹ Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/1633529/daniel-albuquerque-de-freitas>; <https://www.escavador.com/sobre/3066302/everton-levi-matos-do-nascimento>; e, por fim, <https://www.researchgate.net/profile/Wellington-Castanha-De-Oliveira>. Acesso em: 09 de setembro de 2022.

¹⁹² A partir deste momento, faço uso das definições políticas clássicas de "esquerda" e "direita", aqui entendidas da seguinte forma: a esquerda compõe os setores progressistas da sociedade, enquanto a direita representa os interesses de setores conservadores. No entanto, refiro-me ao uso da Guerra Cultural por uma "parcela" da direita, procurando evitar generalizações quanto a presença do fenômeno em todas as instâncias do debate público. Atendo-me à proposta da pesquisa, procurei não me aprofundar em quais são os

apresentados da forma como estão no livro, de maneira direta e referenciada, visando evitar problemas jurídicos.

Guerra Cultural: passados presentes

Para que os elementos contidos no material possam ser descritos em consonância com o conceito de Guerra Cultural, é necessário que seja explicado do que se trata. Para isso, utilizo como base o livro “Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político”¹⁹³, de João Cezar de Castro Rocha. Cabe, inicialmente, uma declaração do falecido astrólogo Olavo de Carvalho, feita no dia 29 de novembro de 2016, mencionada pelo autor:

Tantos, hoje, dizem querer o Brasil de volta, e em vista disso gritam: “Bolsonaro 2018”. Não quero ser estraga-prazeres, mas os comunistas não começaram a nos tomar o Brasil pela Presidência da República. Tomaram primeiro as universidades, depois a Igreja Católica e várias das protestantes, depois os sindicatos, especialmente de funcionários públicos, depois a grande mídia, depois o sistema nacional de ensino, depois o sistema judiciário, depois os partidos políticos todos, e por fim, depois de quarenta anos de esforços, a cereja do bolo: a Presidência da República. Vocês acham REALMENTE que tomando a cereja de volta o bolo inteiro virá junto?¹⁹⁴

Alguns elementos importantes para compreender do que se trata o termo “Guerra Cultural” e sua importância para a direita são apresentados nesse trecho. A ideia de uma hegemonia sistemática da esquerda, presente em todas as instituições e meios de comunicação, faz parte da base de entendimento do conceito. João Cezar, em sua explicação, aborda o processo histórico dessa linha de pensamento, remetendo às “culture wars”

agentes políticos que estão em conjunto nessa parcela, com exceção do Instituto Presbiteriano Mackenzie por conta da fonte utilizada.

¹⁹³ DE CASTRO ROCHA, João Cezar. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Editora e Livraria Caminhos, 2021.

¹⁹⁴ CARVALHO, Olavo de. Disponível em: <https://tinyurl.com/y64kxxhl>. Acesso em: 22/09/2022.

norte-americanas e apontando a presença de uma Guerra Cultural entre direita e esquerda no Brasil em decorrência de 30 anos de gestação de uma estrutura revanchista militar após a redemocratização.¹⁹⁵ No entanto, o que nos cabe de sua explicação para esta dissertação é a definição do termo no uso do tempo presente – em específico a partir da intensificação dos debates públicos durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, tendo em vista o período de fabricação e publicação da fonte utilizada.

O autor identifica a Guerra Cultural como um dos elementos que orienta parcela da direita e seu *modus operandi* a partir de uma tríade, sendo ela composta da seguinte maneira: 1) “Olavismo” como sistema de crenças – ou seja, a utilização das obras, seminários e outros materiais de Olavo de Carvalho como pilar central de interpretação da realidade em suas diversas matizes; 2) Guerra Cultural bolsonarista – ligada ao sistema de crenças olavista com o objetivo de apontar um domínio sistemático e institucional da esquerda em aspectos como: educação, comunicação, agenda de costumes e instituições públicas; 3) Doutrina de Segurança Nacional – retirada pelo autor do modelo utilizado durante a ditadura militar para perseguição da oposição ao regime e contendo, essencialmente, o mesmo sentido: o outro (em específico o que João Cezar define como o “diferente” na democracia) é um potencial inimigo a ser eliminado, mediante a ameaça destrutiva que ele representa.¹⁹⁶

O que se pode retirar dessa explicação é a necessária articulação que o termo “Guerra Cultural” ganha em um contexto de intenso debate em torno da crise política vivida no país. Não se pode entender o conceito sem mencionarmos as concepções de Olavo de Carvalho como arcabouço

¹⁹⁵ Idem. p. 111.

¹⁹⁶ Idem. pp. 195-220.

teórico e a Doutrina de Segurança Nacional para definição de um inimigo em comum a ser eliminado.

Nessa concepção que o autor apresenta de Guerra Cultural, o inimigo em comum abstrato é o comunismo.¹⁹⁷ Com esse contexto, o termo acaba servindo como um aglutinador de ataques reacionários às universidades públicas, aos professores de ciências humanas, às pautas de costumes, aos meios de comunicação e às instituições do poder. O objetivo dessa linha de raciocínio utilizado por uma parcela da direita, de acordo com João Cezar, é deslegitimar o saber acadêmico como “enviesado” politicamente à esquerda, responsabilizando-o por naturalizar o que os adeptos dessa linha de pensamento identificam como “depravação moral da nação”.¹⁹⁸

Essa era uma das frentes de ataque da direita à esquerda no período após o impeachment de Dilma Rousseff, tendo como meta central, no período, a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2018. No entanto, como aponta Olavo de Carvalho no trecho transcrito no início do texto, a presidência não era o suficiente, já que o combate contra a hegemonia esquerdista deveria acontecer em toda a sociedade. Estava estabelecida a justificativa da continuidade da Guerra Cultural pela direita contra a esquerda mesmo após a eleição de Bolsonaro.

Tendo definido as premissas básicas do conceito de Guerra Cultural, bem como o contexto no qual o seu uso com essas características específicas foi possível, cabe agora apresentarmos os elementos que

¹⁹⁷ Pesquisei esse tema na monografia para conclusão do curso de História pela UNIFESP. No entanto, aponto o que seria o inimigo concreto: o PT. O antipetismo, por tratar de algo realmente existente (um partido), ao contrário do comunismo, serviu de categoria convergente de pautas reacionárias no período de 2013-2018, resultando na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência. Cf. FARIA, Marcos Alexandre Gennari. *No meio do caminho tinha uma estrela: o antipetismo das mobilizações à ascensão de Jair Bolsonaro (2013-2018)*. Guarulhos, v. 1, f. 78, 2020. 78 p Monografia (História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

¹⁹⁸ Ibid. p. 192.

indicam a utilização do material didático como instrumento nesse processo, em específico na sua representação do golpe, ditadura militar e redemocratização.

O golpe: “a terminologia é relativa”

Com o intuito de permanecer fiel à proposta do trabalho, proponho abaixo a enumeração dos fatores que conversam com o conceito de Guerra Cultural exposto anteriormente. Para isso, acrescento às definições dos elementos que compõe o conceito – discutidos anteriormente à luz de João Cezar, a obra “Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar”¹⁹⁹, do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, como principal bibliografia base para delinear quais são os juízos de valor presentes no texto e separá-los dos fatos. O livro escolhido é relevante nesse sentido, pois, em essência, propõe-se a descrever a ditadura militar apontando e discutindo os principais questionamentos e revisionismos dos debates recentes. Feita essa explicação, cabe iniciarmos a enumeração referente ao conteúdo do livro que aborda o golpe militar de 1964.

1) De acordo com o material, João Goulart era um socialista com propostas inconstitucionais – fazendo referência às reformas de base. O governo de Jango não está descrito no capítulo 9, selecionado para análise à luz da argumentação previamente explicada. No entanto, a explicação do golpe recupera alguns elementos do seu mandato. De acordo com a apostila,

Jango, o último presidente da República Populista, dera uma guinada socialista prometendo reformas inconstitucionais, desafiando a hierarquia militar, sugerindo fechar o Congresso – o que

¹⁹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

alvorçou a oposição – e fazendo vista grossa à ingerência de Cuba no Brasil, cujo intuito era provocar uma insurgência revolucionária no país. E Jango não estava sozinho: no Nordeste, as Ligas Camponesas de Francisco Julião – auxiliadas por agentes cubanos – lutavam não em nome da democracia, mas pela instalação de um regime socialista autoritário, nos moldes soviéticos.²⁰⁰

A descrição de João Goulart como líder de um grupo civil-militar organizado, com o intuito de implantar o socialismo, foi a justificativa utilizada pelos próprios militares responsáveis pelo golpe.²⁰¹ No livro, no entanto, essa explicação sustenta um dos elementos mais importantes da Guerra Cultural: a realidade de uma iminente ameaça comunista.

2) O livro também relativiza a utilização da terminologia “golpe” para explicar os acontecimentos de 1964. Esse elemento nos ajuda a visualizar melhor a centralidade da “ambiguidade” na proposta pedagógica do Mackenzie quanto ao golpe, presente no próprio título do capítulo. No final da página, separado pelo título “você sabia?”, a apostila discute qual deve ser o termo empregado para dar conta dos eventos:

Afinal, os eventos de março de 1964 foram golpe ou revolução? Conspiração ou movimento civil-militar? Em termos objetivos, foi tudo isso de uma vez. Havia no movimento o caráter de golpe, em razão de sua inconstitucionalidade (isto é, a tomada do poder pela força); mas havia igualmente o sentido revolucionário de busca pela transformação da ordem política, como ocorrera em 1930. Não obstante, em razão da controvérsia histórica que cerca esse tema, “golpe” e “conspiração” são designações geralmente utilizadas quando há intenção de denunciar e incriminar, ao passo que “revolução” e “movimento” costumam ser adotados por quem deseja defender ou, ao menos, reconhecer os méritos dos participantes. Na maior parte das vezes, o resultado é a emergência de eufóricos no segundo. Neste livro, prezando pela objetividade do conhecimento, optamos por usar tais termos sem restrições, quando

²⁰⁰ ROMANO, Bruno de Lima; MOLINA, Eduardo Francisco. Os anos ambíguos do regime militar e a redemocratização (1964-). In: *LIVRO 3, HISTÓRIA, 3ª SÉRIE, ESCOLHER COM SABEDORIA*. São Paulo: Mackenzie, 2021. p. 203.

²⁰¹ Cf. “Sobre as razões e motivações golpistas”. In: *Ibid.* pp. 49-73.

for conveniente, evidenciando, desse modo, os diferentes aspectos desse complexo momento da História do Brasil.²⁰²

De fato, ao longo da descrição dos eventos que deram forma ao golpe militar, utilizam todos os termos mencionados. Como afirmado anteriormente ao apresentar a metodologia, não proponho aqui uma discussão acerca de qual é a melhor terminologia a ser utilizada, assim como não pretendo corrigir cada incoerência apontada. O objetivo é demonstrar os elementos da explicação fornecida pelo material que se apresentam em consonância com o conceito de Guerra Cultural e, nesse caso, a relativização da terminologia “golpe” com a proposta de tratá-lo como um termo “revanchista” para o evento em questão, se encaixa nesse critério. Deslegitimar o saber acadêmico e seus consensos históricos é um ponto crucial para o conceito trabalhado por João Cezar.

Isso nos remete à questão da ambiguidade, mencionada no início da discussão. Ao relativizar terminologias e construir um contexto de ameaça comunista, o material busca utilizar-se da legitimidade de um livro didático para tornar verdade uma construção histórica instrumentada para compor a Guerra Cultural contra a esquerda por uma parcela da direita, ao contrário de servir a um objetivo pedagógico fundamentado no saber científico acadêmico. Voltaremos à discussão da instrumentalização do livro didático posteriormente.

3) A participação dos EUA no golpe militar é uma narrativa soviética. Na página 91, antes de iniciar o capítulo selecionado para a análise, o livro didático dedica todo o espaço da folha para trazer um trecho de um livro intitulado “The KGB and Soviet Disinformation”, publicado por Ladislav Bitman em 1985. Por conta da extensão do texto, optei por citar somente a parte em que a apostila menciona a existência do livro:

²⁰² Idem. p. 206.

Ladislav Bittman, ex-chefe da espionagem da KGB na Tchecoslováquia comunista, confessou ter supervisionado a produção do mito da intervenção americana no golpe brasileiro – como parte de uma operação chamada “Thomas Mann”, em referência ao secretário-adjunto de Estado dos Estados Unidos –, registrando “detalhes” em um livro de 1985, intitulado *The KGB and Soviet Disinformation* (A KGB e a desinformação soviética), que jamais foi publicado ou teve atenção no Brasil. Infelizmente, esse fato – tão significativo sobre a origem de algumas ideias brasileiras – passou despercebido em nosso país.²⁰³

Em uma breve pesquisa no google, o livro mencionado pela apostila aparece citado por Olavo de Carvalho em um texto de 2006, intitulado “Derrubando a história oficial de 1964”. O falecido, em nota prévia ao texto, faz a seguinte afirmação:

Desde 1964, a crença de que o golpe de 31 de março desse ano foi orquestrado pelos norte-americanos, lançada pela oposição esquerdista, veio conquistando um espaço cada vez maior na mídia, nos livros de “História” e no ensino, até tornar-se um dogma que só um lunático ou um desalmado agente do imperialismo ousaria contestar. No entanto, ela baseia-se inteiramente em documentos falsos, forjados pela espionagem tcheca que, na época, era o braço da KGB no Brasil. Quem contou isso em detalhes foi o próprio coordenador da operação, Ladislav Bittman. A confissão está no livro *The KGB And Soviet Disinformation*. Publicado em Washington em 1985, o livro foi totalmente ignorado no Brasil, tanto pelos jornalistas quanto pelos chamados “pesquisadores” acadêmicos. Fruto do desinteresse ou do interesse, essa omissão favoreceu grandemente a consolidação da mentira como verdade absoluta, repassada a duas gerações de leitores e estudantes. Até 2001, os donos da opinião pública ainda podiam, verossimilmente, alegar ignorância. Em 17 de fevereiro desse ano, porém, publiquei em *Época* um artigo que resumia as revelações de Bittman e apelava à consciência moral dos jornalistas para que algum deles tomasse a iniciativa de entrevistar o ex-chefe da espionagem checa. Inútil. A única resposta foi um silêncio aterrador, mais eloquente que mil alto-falantes num comício do Lula.²⁰⁴

²⁰³ Ibid. p. 91.

²⁰⁴ CARVALHO, Olavo de. *Derrubando a história oficial de 1964*. Disponível em: <https://sites.google.com/site/labrasil1964/>. Acesso em: 22/09/2022. Ressalto que transcrevi o texto exatamente como estava escrito. Portanto, quaisquer erros ou incoerências ortográficas são de responsabilidade do próprio autor do texto, Olavo de Carvalho.

A tentativa de relativização do envolvimento militar no golpe militar de 1964, consolidado pela historiografia a partir de documentação fornecida pela própria ditadura²⁰⁵, compõe mais um esforço da direita na Guerra Cultural. No entanto, dois pontos chamam a atenção: em primeiro lugar, a ausência da referência ao texto de Olavo de Carvalho na bibliografia utilizada pela apostila, apontada na página 99; em segundo, a permanente tentativa de consolidar qual a cultura legítima a partir da instrumentalização do livro didático.

A título de aprofundamento nessa questão e com o intuito de finalizar o conteúdo referente ao golpe em si, a apostila propõe logo após a apresentação da informação, na página seguinte, um exercício escrito para que os alunos expliquem o que acabaram de ler a respeito da participação dos EUA no golpe, sustentando a tese de legitimação de um determinado conjunto de ideias consideradas como válidas por uma parcela da direita que utiliza do material didático como instrumento em uma Guerra Cultural contra a suposta hegemonia esquerdista.

A ditadura: “a vitória da esquerda nos livros”.

Seguindo as mesmas premissas metodológicas utilizadas para tratar do conteúdo referente ao golpe militar no livro didático, passamos agora para a enumeração dos elementos da ditadura militar enquanto governo, cobrindo o período de 1964-1985. Por se tratar de um período amplo e tendo noção da limitação do artigo, foi necessária a seleção dos pontos principais na estruturação da explicação.

²⁰⁵ Cf. *O papel dos Estados Unidos e de outras forças estrangeiras no golpe e na ditadura*. In: *Ibid.* pp. 73-97.

1) O AI-5 e o endurecimento do regime retiraram de vista a prioridade com o liberalismo. O real problema a partir desse ponto, de acordo com o material, era a opção por uma “tecnocracia”, abandonando a importância da cultura. A crítica ao autoritarismo dos militares se dá através de uma citação direta de Olavo de Carvalho, comentando o livro “O fim da ideologia: sobre a exaustão das ideias políticas nos anos 50”. Com a foto do livro, os autores transcrevem um texto:

Segundo o filósofo brasileiro Olavo de Carvalho (2012), esse livro pôs em circulação a ideia de que “as ideologias não fedem nem cheiram e tudo deve ser resolvido ‘com neutralidade’ pela técnica e pela ciência [...]. [Essa ideia] contaminou os nossos governantes, reforçando consideravelmente a aposta numa ‘ditadura tecnocrática’ salvadora. Não espanta que nada fizessem para construir um partido de massas, uma militância popular, e reduzissem a política a conchavos de gabinete onde os ‘técnicos’, pairando assepticamente acima de discussões ideológicas, tinham sempre a última palavra”. Ou seja: os militares achavam que a política era desnecessária, e que o país poderia ser conduzido pelo conhecimento científico.²⁰⁶

Um dos elementos centrais da descrição da ditadura militar durante o livro começa a se delinear a partir desse ponto. Os problemas e soluções do período se resumem, de acordo com a apostila, à simples opção por uma política mais liberal ou intervencionista, considerando a segunda como uma falha imperdoável por se tratar de um elemento esquerdista. O livro chega a fazer a seguinte descrição:

Antônio Paim, respeitado historiador brasileiro, chega a afirmar em sua obra *Momentos decisivos do Brasil*, que os líderes militares, nacionalistas ao extremo, nutriam notórios “sentimentos anticapitalistas” e deixaram “se encantar pela sereia socialista”. Naturalmente a afirmação causa certo espanto, considerando o caráter anticomunista da ditadura, mas é facilmente observável em razão do dirigismo tecnocrata adotado pelo regime.²⁰⁷

²⁰⁶ Ibid. p. 223.

²⁰⁷ Idem. p. 226.

Qualquer complexidade envolvendo a conjuntura da implementação do AI-5, os problemas sociais decorrentes do milagre econômico, a estruturação da ditadura a partir de Atos Institucionais e até mesmo as propagandas militares,²⁰⁸ é resumida a uma postura tecnocrata por parte dos militares. A simplificação do debate econômico para algo como “liberalismo vs. intervencionismo”, considerando qualquer medida estatal como esquerdista, compõe o ideário da parcela da direita envolvida na Guerra Cultural.

2) A esquerda perdeu a luta nas armas, mudando seu foco para a luta nos livros. Um dos pilares que compõe os bastidores da tríade do *modus operandi* da direita a partir de 2016, descrito anteriormente, é o “Orvil”. Trata-se, de acordo com João Cezar, de uma resposta à publicação do livro “Brasil Nunca Mais”, em 1985, apontando os crimes da ditadura. Assim descreve o autor:

Orvil foi, durante 19 anos, um projeto sigiloso do Exército brasileiro [...]. O livro foi encomendado ao comando do Centro de Informações do Exército (CIE) em 1986 pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Teria o título “Terrorismo Nunca Mais”. Acabou betado, nunca publicado e mantido em rigoroso segredo. Desde maio de 2000, o grupo Terrorismo Nunca Mais, dedicado a divulgar a visão militar sobre o combate entre os órgãos de Estado e os agrupamentos esquerdistas, põe a cada quinzena, sem citar a fonte, trechos do livro na sua página na Internet (www.ternuma.com.br), na seção “Recordando a História”.²⁰⁹

Em essência, o livro determina que a ameaça principal no Brasil desde, pelo menos, 1922 (ano de fundação do Partido Comunista Brasileiro), é o comunismo. E uma de suas armas, levada a cabo pela esquerda especialmente após a derrota das guerrilhas armadas para a repressão da

²⁰⁸ Cf. *Sobre a violência repressiva estatal: uma resposta proporcional à violência da esquerda?* e *O ‘milagre’ econômico e sua problemática herança*. In: *Ibid.* pp. 174-199 e pp. 222-246.

²⁰⁹ *Ibid.* p. 246.

ditadura, é a propagação de seus princípios a partir das ideias e seus meios de transmissão: educação, comunicação e institucionalidade.²¹⁰

Esse talvez seja o elemento de maior destaque do conteúdo presente no livro didático do Mackenzie. Das páginas 233 a 241, o material aborda o conceito de “gramscismo” para explicar a suposta nova estratégia da esquerda após a derrota armada, fazendo o uso de imagens do filósofo Antonio Gramsci e do professor Paulo Freire. Assim afirma o texto:

“[...] a asensão do socialismo na América Latina parecia irrefreável. [...] Com base nessa revisão, concluíram que a cultura seria o novo front de combate contra o regime militar. Era o momento de brigar não com armas, mas pelas mentes das pessoas, usando caneta, papel e muita retórica. Esses intelectuais estavam influenciados por uma nova vertente do marxismo internacional conhecida como gramscismo, que se mostraria uma estratégia política infinitamente superior à da guerrilha e mudaria para sempre o panorama cultural brasileiro. Por essa razão, compreender o conteúdo dessa corrente de pensamento é fundamental para explicar a história brasileira nos anos que se seguiram ao regime militar.²¹¹

A apostila usa da legitimidade de um livro didático, supostamente baseado em princípios pedagógicos pautados no conhecimento acadêmico e científico, para sustentar a linha de pensamento de militares da “linha dura” e civis dedicados a reescrever a história da ditadura militar pelo ponto de vista dos próprios militares.

Há um esforço considerável em dedicar nove páginas para explicar as teorias do filósofo italiano e seu uso por parte da esquerda durante e após a ditadura militar. A partir de uma simplificação incoerente, a apostila dá continuidade à explicação da nova estratégia esquerdista:

Para o fundador do gramscismo, o italiano Antonio Gramsci (1891-1937), a tomada do poder pela revolução comunista não precisaria ser tão violenta quanto fora na Rússia revolucionária. Gramsci ficara particularmente assustado com o terror empreendido contra um povo tão enraizado em sua religião e em seus costumes – como era

²¹⁰ Idem. pp. 246-274.

²¹¹ Ibid. p. 233.

o povo russo – para que este, enfim, vislumbrasse as gloriosas promessas do regime comunista. [...] Na revolução gramsciana, os revolucionários deveriam assumir posições-chave nos centros de cultura, incluindo escolas, universidades, redações de jornais, ONGs e igrejas, até que o próprio partido revolucionário [...] obtivesse “o poder onipresente e invisível de um imperativo categórico, um mandamento divino”. A esse domínio psicológico do partido sobre a população, Gramsci chamava hegemonia.

Como mencionado anteriormente, não cabe neste artigo a correção de conceitos e incoerências utilizadas de forma a adquirirem, pela legitimidade do livro didático, vislumbres de serem verdades. O objetivo do artigo é ilustrar de que forma o Mackenzie instrumentaliza determinados conceitos para compor forças à direita na Guerra Cultural. A explicação do gramscismo é, inclusive, precedida de uma série de exercícios para os quais os alunos devem saber explicar os principais conceitos do filósofo.

O conceito de hegemonia, um dos mais famosos de Gramsci, é aqui subvertido²¹² para uma espécie de domínio psicológico por parte dos comunistas. Os postos intelectuais estariam, de acordo com o material, massivamente ocupados por marxistas desprovidos de identidade nacional. Para a apostila, até mesmo a repressão militar se justificava por essa linha de raciocínio:

Eram anos propícios a isso, pois, como já estudamos, nessa época o Ocidente viveu grandes mudanças culturais que resultaram na revolução sexual, no uso abusivo de drogas, na dissolução da família e na radicalização do discurso antirreligioso. Com base nesse caldo culturalmente instável, intelectuais socialistas e comunistas deram início ao processo de controle dos departamentos de humanidades nas universidades, do mercado editorial e das principais escolas do país. O governo militar tentou reprimir esse processo por um tempo, invadindo arbitrariamente salas de aula e prendendo professores que defendiam o socialismo. Há incontáveis exemplos desse tipo de repressão (bastante representativa foi a invasão policial à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo [...]). Contudo, à medida

²¹² Para melhor aprofundamento sobre a subversão do conceito de hegemonia, cf. LIGUORI, Guido. *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. Boitempo Editorial, 2017; FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo: uma biografia intelectual*. Boitempo Editorial, 2020; FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*. Editora Record, 2011.

que os anos passaram, os generais tornaram-se incapazes de, sequer, perceber o processo que estava em curso. [...] vimos que eles almejavam a despolitização da sociedade, para tal, esvaziando [...] os âmbitos da política e da cultura na esperança de substituí-los pela tecnocracia.²¹³

Nesse trecho, o primeiro dos elementos discutidos se junta ao segundo: com o foco na tecnocracia, os militares desconsideraram a importância da cultura, cedendo espaço para a esquerda tornar-se hegemônica nesse setor. A partir disso, a crise da ditadura é decorrente, também, dessa perda de controle da circulação das ideias.

O conceito de gramscismo, não sem coincidência, foi amplamente divulgado por Olavo de Carvalho enquanto era vivo. A apostila, inclusive, utiliza sua fonte nas referências bibliográficas, presentes na página 259. Dentre os livros mencionados, temos “A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof & Antonio Gramsci”, publicado em 2014. Além disso, dois artigos do autor são citados: “A história oficial de 1964”, publicado como coluna em “O Globo” e, posteriormente, em seu site em 1999;²¹⁴ e “Positivismo inconsciente”, publicado no “Diário de Comércio” em 2012 e, assim como o anterior, também está em seu site.²¹⁵

O que se observa, portanto, é a utilização de fontes revisionistas e ligadas aos círculos da direita que compõe a Guerra Cultural contra a esquerda. A legitimação da repressão, dos juízos de valor e das incoerências conceituais a partir de sua presença em um livro didático para o Ensino Médio revela um papel central do Instituto Presbiteriano Mackenzie na Guerra Cultural ao lado dessa parcela da direita, especialmente ao utilizar

²¹³ Ibid. pp. 234-235.

²¹⁴ Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/a-historia-oficial-de-1964/>. Acesso em: 22/09/2022.

²¹⁵ Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/positivismo-inconsciente/>. Acesso em: 22/09/2022.

de justificativas como a hegemonia da esquerda a partir do gramscismo para desqualificar as versões factuais da ditadura como “revanchistas”.

A redemocratização: “continuamos, mais do que nunca, em guerra”.

O período final coberto por essa pesquisa é o da redemocratização. O material didático mostra empenho em narrar cronologicamente os fatos, oferecendo explicações razoáveis acerca do conjunto de elementos que levaram a ditadura ao seu processo de distensão. No entanto, alguns elementos problemáticos e passíveis de serem lidos pela ótica da Guerra Cultural podem ser identificados.

1) A Constituição de 1988 é permissiva. Apesar de iniciar a descrição da redemocratização atendo-se aos fatos, a permanência de juízos de valor se faz constante ao longo do livro, e não seria diferente ao se referir às características da Constituição:

A Constituição de 1988 foi a maior da história brasileira até então, com 320 artigos. Apesar de democrática e inclusiva, é caracterizada por excessiva minúcia, o que explica, em parte, a elevada quantidade de emendas nos anos seguintes (“as constituições brasileiras já nascem velhas”, registrou o historiador Marco Antonio Villa). Embora o varguismo, o populismo e o regime militar fossem águas passadas, o espírito de tutela estatal sobre uma sociedade servil foi entronizado na nova Carta. Inspirada na social-democracia europeia, a Carta busca normatizar cada aspecto da vida social, confundindo-se com programa de governo, em suas incontáveis e pormenorizadas diretrizes. Contudo o artigo 5º estabelece amplas liberdades para o indivíduo, o que merece destaque em um país com tradição enormemente autoritária.²¹⁶

Nesse ponto, o livro aponta para um elemento presente durante a explicação da ditadura militar: a simplificação do debate referente ao papel do Estado. A Constituição é analisada pela ótica de uma forte

²¹⁶ Ibid. p. 254.

presença estatal na vida do indivíduo, associada na explicação ao histórico de autoritarismo no Brasil. Apesar disso, o artigo 5º é valorizado justamente por “dar liberdade ao indivíduo”, apontando novamente para a defesa de um liberalismo simplificado.

2) Compondo um dos conteúdos referentes ao texto destinado a ser um “Balanço Final e as tendências do Brasil redemocratizado”, o material didático dá destaque para a polarização entre PSDB e PT com apontamentos para a característica dos governos que remetem a elementos já mencionados anteriormente no texto:

O PSDB nasceu de um grupo dissidente do PMDB em 1988. Inspirado na social-democracia europeia concentrava figuras históricas da esquerda brasileira, como Fernando Henrique Cardoso (presidente de 1994 a 2002) e José Serra, desejosos de governar com algumas novidades liberais, desde que acompanhadas por pesada regulamentação estatal. Os críticos à esquerda os acusam de governar pelo “desmonte do Estado” e pelo “neoliberalismo.”²¹⁷

A já recorrente crítica à tutela estatal se faz presente para descrever os governos do PSDB, como forma de criticar o papel intervencionista e defender, novamente, o liberalismo econômico. A menção a FHC e Serra como figuras históricas da esquerda é um dos poucos juízos de valor razoavelmente veladas no texto, levando em conta a forma explícita como os outros são apresentados. Nessa mesma linha, a utilização de aspas em “desmonte do Estado” e “neoliberalismo” também pode ser interpretada como um juízo de valor às críticas feitas pela esquerda à política econômica dos governos FHC, por mais que se apresentem críticos pelo lado oposto. Sobre o PT, vale citar a forma que a apostila aborda o partido:

Seu principal nome é o do ex-líder sindical Luis Inácio Lula da Silva (presidente de 2002 a 2010) e suas ligações mais fortes são com as elites intelectuais e culturais do país. Enquanto os governos petistas

²¹⁷ Idem. p. 258.

levantaram como bandeira a “justiça social”, seus críticos os acusaram de aparelhar o Estado e corromper a democracia.²¹⁸

Nesse caso, a utilização das aspas foi mais uma vez estratégica: justiça social aparece com aspas, enquanto as críticas ao aparelhamento do estado e à corrupção da democracia não utilizam. No entanto, o que mais chama a atenção é a menção ao fato de que o ex-presidente Lula teria “ligações fortes com as elites intelectuais e culturais do país”. O livro busca associar o ex-presidente com o conceito de “gramscismo” trabalhado durante a explicação da ditadura militar, dando a entender que seus dois mandatos são decorrentes da conquista da hegemonia cultural pela esquerda.

3) Relativização do número de mortos e do conceito de “ditadura”. Durante todo o “Balanço Final”, o livro propõe uma comparação da quantidade de mortos na ditadura brasileira com os números das ditaduras militares na Argentina e no Chile, além de fazer menção aos mortos por Fidel Castro e por Stálin. A apostila apresenta a argumentação da seguinte forma:

A violência do regime é um fato inquestionável, mas que precisa ser colocado em perspectiva, especialmente quando comparada a outras ditaduras militares sul-americanas do mesmo período e aos regimes totalitários comunistas. Um relatório de 2014, elaborado pela “Comissão Nacional da Verdade” do governo brasileiro, estipulou em 434 o número de pessoas mortas e desaparecidas entre os anos 1946-1988. É possível que o endurecimento do governo militar com o AI-5, de 1968 a 1978, tenha vitimado, desse total, entre 300 e 400 pessoas, sem contar os flagrantes casos de abuso dos direitos humanos, com torturas, perseguições e humilhações.²¹⁹

Antes de prosseguir para a apresentação da comparação realizada pelo livro, vale comentar o trecho acima em dois aspectos: o primeiro, chamando a atenção para o uso das aspas novamente, dessa vez em Comissão Nacional da Verdade. Mais uma vez, o material busca

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem. p. 256.

deslegitimar o processo, fazendo referência indireta ao já citado sentimento de revanchismo decorrente da hegemonia esquerdista na historiografia sobre a ditadura. Em segundo lugar, a apostila admite a violência da ditadura, mas somente após introduzir a relativização e sua comparação com outros regimes, que vem a seguir transcrito da seguinte forma:

Na América do Sul, as violentas ditaduras militares da Argentina e do Chile, ambas anticomunistas, foram bem mais brutais que a brasileira – o número oficial de assassinatos é 3200 no Chile e 8353 na Argentina. Já a ditadura comunista de Fiel Castro, maior inspiração das guerrilhas da América Latina, assassinou 17 mil dissidentes em uma população quinze vezes menor que a brasileira. Por sua vez, o comunismo de Stálin exterminou 20 milhões de pessoas somente durante o Grande Terror (década de 30). É claro que essas comparações não justificam moralmente nenhuma repressão autoritária, mas auxiliam a balizar o significado histórico de cada um desses processos.²²⁰

Em nenhum momento a fonte utilizada para a descrição dos dados acima foi mencionada pelo livro, nem mesmo em referências bibliográficas. Já abordamos anteriormente o papel da relativização para a direita na Guerra Cultural, e o trecho acima ilustra a atuação desse mecanismo retórico. A conclusão do parágrafo é elucidativa nesse sentido, já que afirma não justificar a violência, mas somente “balizar” seu significado.

Quanto à relativização do termo “ditadura”, a apostila menciona determinadas liberdades durante a ditadura militar que supostamente não se fazem presentes em nenhum outro governo que tenha (ou não) recebido essa denominação, fazendo referência direta à República de Weimar em um momento. A argumentação é apresentada a seguir:

Dos 21 anos de governo militar, os dez que se estendem de 1968 a 1978 (que correspondem à vigência do AI-5) podem ser considerados ditadura de fato. [...] Todavia os intervalos que se estendem de 1964 a 1968 e 1978 a 1985 correspondem a períodos de governo militar centralizador e autoritário, mas não ditatorial. Havia espaços significativos de liberdade, inexistentes em qualquer regime

²²⁰ Idem. p. 257.

que mereça a classificação “ditadura”. No primeiro intervalo [...] o Congresso Nacional manteve-se aberto [...]. Apesar das cassações, o Parlamento continuou funcionando como espaço de oposição aberta ao novo regime. A imprensa era livre, a música popular brasileira viveu seu período dourado com os festivais, e as editoras alinhadas à esquerda, mesmo sofrendo perseguições ocasionais, não tiveram publicações vetadas pelo governo. Para efeito de comparação, a República de Weimar, na Alemanha (1918-1933), que dava ao presidente o poder de dissolver o Parlamento, previa censura e reprimia duramente grupos radicais, não é considerada uma ditadura na história alemã.

O material didático desconsidera quaisquer práticas de censura e perseguição²²¹, tanto ao omitir ou até mesmo desconsiderar como verdadeiros esses procedimentos, quanto na forma escolhida para explicação. Dois exemplos desse último ponto podem ser observados nas frases “Apesar das cassações” e “mesmo sofrendo perseguições ocasionais”. A relativização da terminologia, considerando somente o período no qual o AI-5 estava vigente como ditadura efetivamente, é mais uma maneira de deslegitimar os saberes acadêmicos e consensos históricos em prol de argumentações que favoreçam determinada visão de mundo pela perspectiva da Guerra Cultural.

4) A objetividade do conhecimento é explicar a ditadura como uma forma de conter a ameaça comunista. A retórica contrária a princípios associados à esquerda é a coluna cervical da proposta pedagógica do Mackenzie para explicar a ditadura militar. Durante o “Balanço Final”, destaca-se uma passagem que aponta para a necessidade de uma história da ditadura sem revanchismos e acusações:

A história da ditadura militar brasileira é um tema controverso, que continua envolvido em muitas névoas e repleto de questões ainda não respondidas. O maior desafio para o estudo do regime militar do Brasil atualmente é uma análise objetiva do período, que supere o revanchismo e o tom acusatório que predomina em muitas análises. [...] A expansão do comunismo no Terceiro Mundo era uma ameaça

²²¹ Cf. *A máquina política da ditadura*. In: *Ibid.* pp. 97-122.

real à civilização ocidental judaico-cristã e o medo do comunismo serviu de amparo ao movimento civil-militar que depôs João Goulart.²²²

A proposta do material é destacar que, ao optar por termos como “movimento civil-militar” ao invés de “golpe”, e ao destacar o perigo que o comunismo representa para a “civilização ocidental judaico-cristã”, estão escrevendo uma história sem acusações, já que existem “muitas questões não respondidas”. No entanto, essa retórica trabalha a favor da instrumentalização do livro para a Guerra Cultural, ao relativizar o conhecimento acadêmico em prol de uma explicação favorável à visão de mundo da direita dentro das especificidades que abrangem o conceito de Guerra Cultural no contexto atual.

Conclusões: alguns apontamentos

O presente trabalho propôs-se a analisar os conteúdos referentes ao golpe, ditadura militar e redemocratização no material didático do Mackenzie para a 3ª Série do Ensino Médio. Para isso, fez-se uso do conceito de Guerra Cultural, trabalhado por João Cezar de Castro Rocha, e da apresentação, por Rodrigo Patto Sá Motta, dos principais revisionismos presentes nos debates sobre a ditadura.

A argumentação teve como objetivo apresentar de que forma o Instituto Presbiteriano Mackenzie utilizou-se da legitimidade presente em um livro didático para dar um aspecto de verdade a incoerências, revisionismos e teorias conspiratórias que trabalham em favor da direita dentro da perspectiva da Guerra Cultural como se apresenta no contexto atual.

²²² Ibid.

A partir do que foi apresentado, resta apenas definir, utilizando a historiadora Circe Bittencourt como fonte, o que é um livro didático, mas que possamos apontar as conclusões sobre o material do Mackenzie. De acordo com a professora:

O livro didático é, antes de tudo, uma *mercadoria*, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. [...] o livro didático é também um *depositário dos conteúdos escolares*, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares, [...] [realizando] a transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular. [...] Além disso, o livro didático é um instrumento pedagógico [...], [pois], ao lado dos textos, produz uma série de técnicas de aprendizagem: exercícios, questionários, sugestões de trabalho, enfim as tarefas que os alunos devem desempenhar para a apreensão ou, na maior parte das vezes, para a retenção dos conteúdos. E, finalmente, o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa.²²³

Como aponta a autora, são 4 elementos que caracterizam um livro didático: 1) ser uma mercadoria; 2) ser o depositário dos conteúdos escolares, especialmente ao realizar a transposição do saber acadêmico para o saber escolar; 3) ser um instrumento pedagógico, auxiliando o professor no método de transmissão desse saber; e, por fim, 4) ser um transmissor de determinada visão de mundo, a maior parte das vezes estereotipada.

O livro didático do Mackenzie para o Ensino Médio utilizado como fonte para essa pesquisa se encaixa na primeira definição, já que é um

²²³ BITTENCOURT, Circe. *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BITTENCOURT, Circe. *O Saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 71-72.

produto comercializável dentro da educação. No entanto, nas outras três definições, encontramos alguns impasses.

Impasses para a definição 2: o conteúdo do material, em específico na disciplina de História, não realiza a transposição do saber acadêmico para o escolar, compondo um conjunto de conteúdos escolares. No caso a apostila frequentemente nega o saber acadêmico em prol de argumentações condizentes com elementos favoráveis à direita no contexto da Guerra Cultural

Impasses para a definição 3: ao ser impedido de ter o papel de mediador entre saber acadêmico e escolar, quaisquer instrumentos pedagógicos (atividades, exercícios, debates) passam a realizar uma função adversa, já que se está ensinando um conteúdo divergente com o estabelecido academicamente.

Impasses para a definição 4: de fato, o livro transmite uma visão de mundo, mas não no sentido exposto pela autora. A maior parte dos livros didáticos, como ela aponta, apresenta uma versão "estereotipada", contendo diversos elementos da ideologia da classe dominante. Todavia, a apostila do Mackenzie inova ao trazer elementos relacionados à Guerra Cultural entre esquerda e direita, buscando legitimar esse conteúdo com a estética de um material didático.

Portanto, a partir das quatro definições apresentadas, o material corresponde somente à primeira. Conclui-se disso que a apostila trabalhada na pesquisa está mais próxima de um panfleto político revisionista e reacionário do que um livro didático em si.

Se retomarmos o número de escolas conveniadas pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, levando em conta sua expansão para escolas que não necessariamente estejam alinhadas com a cosmovisão cristã reformada

ou não sejam propriedade da instituição, estamos falando da disseminação de um conteúdo conspiratório com a legitimidade de um material didático.

Até o retrocesso precisa de uma vanguarda. Ao legitimar discursos associados à direita na Guerra Cultural com a instrumentalização de livros didáticos, o Mackenzie colocou-se à frente de um processo retrógrado de proporções ainda não passíveis de serem quantificadas, devido ao curto período de tempo no qual esses livros circularam. No entanto, futuramente, o saber acadêmico deverá enfrentar ainda mais problemas se não apontarmos o escândalo que isso representa.

Referências bibliográficas

Fonte

ROMANO, Bruno de Lima; MOLINA, Eduardo Francisco. Os anos ambíguos do regime militar e a redemocratização (1964-). In: LIVRO 3, HISTÓRIA, 3ª SÉRIE, ESCOLHER COM SABEDORIA. São Paulo: Mackenzie, 2021. pp. 194-258.

Bibliografia

APPLE, M. W. *Cultura e comércio do livro didático*. In: APPLE, M. W. Trabalho docente e textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BITTENCOURT, Circe. *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BITTENCOURT, Circe. *O Saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

DE CASTRO ROCHA, João Cezar. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

FARIA, Marcos Alexandre Gennari. *No meio do caminho tinha uma estrela: o antipetismo das mobilizações à ascensão de Jair Bolsonaro (2013-2018)*.

Guarulhos, v. 1, f. 78, 2020. 78 p Monografia (História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo: uma biografia intelectual*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

LIGUORI, Guido. *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MOREIRA, Kênia Hilda. *Livros didáticos como fonte de pesquisa: um mapeamento da produção acadêmica em história da educação*. Educação e Fronteiras on-line, Dourados/MS, v.2, n.4, p.129-142, jan./abr. 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.